

Artigo 1º

(Alteração do número 3 do artigo 4º do Decreto-Lei 35/93, de 21 de Junho)

É alterado o número 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 35/93, de 21 de Junho, que passa a ter a seguinte redacção:

“Os representantes das organizações de entidades empregadoras são indicados ao Primeiro-Ministro, um por cada uma, pela Associação Comercial e Agrícola de Sotavento (ACAS), pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento (ACIAB), pelas Câmaras de Comércio e Indústria de Sotavento e Barlavento, pela Associação Cabo-Verdiana dos Armadores de Marinha (ACAM), pela Associação Cabo-Verdiana dos Empreiteiros de Obras públicas (ACEOP) e pela Câmara de Turismo de Cabo Verde (UNOTUR), as quais indicarão, também, conjuntamente, dois suplentes para funcionarem nos casos de ausência ou impedimento dos efectivos.”

Artigo 2º

(Produção de efeitos)

O presente Decreto-Regulamentar produz efeitos a partir do dia 10 de Outubro de 2008.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves – Maria Madalena Neves

Promulgado em 13 de Novembro de 2008.

Publique-se

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES.

Referendado em 19 de Novembro de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 39/2008

de 24 de Novembro

Em 2004 (Resolução nº 10/2004, de 24 de Maio) e 2005 (Resolução nº 22/2005, e Resolução nº 23/2005, todos de 13 de Junho), foi determinada a elaboração dos Esquemas Regionais do Ordenamento do Território, respectivamente, das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão, através da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitação, serviço central do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, mediante o lançamento de concurso para a selecção de um gabinete com capacidade técnica para o efeito.

O processo tem vindo a ser seguido por uma Comissão de Acompanhamento, tal como exige o nº 2 e 3 da Bases XVI do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro), integrada por representantes de diferentes instituições, como sendo os Municípios implicados, os sectores com impacte sobre o território, tais como a administração local, ambiente, turismo, indústria, energia, desenvolvimento rural, marinha e portos, infra-estruturas, educação, saúde, etc., bem como entidades representativas da sociedade civil e das classes profissionais.

Por fim, o Ministério de Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território submeteu ao Conselho de Ministro essas mesmas Linhas Gerais de Orientação dos Esquemas Regionais de Ordenamento do Território das Ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão, para apreciação e aprovação, uma vez que o País não dispõe, ainda, das Directivas Nacionais do Ordenamento do Território.

Assim,

Uma vez que as propostas de Linhas Gerais de Orientação dos Esquemas Regionais de Ordenamento do Território das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão se mostram em conformidade com os parâmetros e princípios estabelecidos pelo Governo para o Ordenamento do Território e espacialização das principais infraestruturas;

Visto e analisado o parecer técnico da Comissão de Acompanhamento que atesta o envolvimento dos diversos implicados na matéria e reflecte o posicionamento favorável das entidades centrais e municipais abrangidas;

Ao abrigo do disposto no Decreto-Legislativo nº 01/2006, de 13 de Fevereiro, que aprova as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (LBOTPU);

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação das Linhas Gerais de Orientação dos EROT de Santiago, Fogo e Santo Antão

São aprovadas as Linhas Gerais de Orientação do Esquema Regional de Ordenamento do Território das ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão, constantes dos Anexos I, II e III ao presente diploma, do qual fazem parte integrante, e que se desenvolvem de acordo com seis eixos estratégicos, abaixo discriminados:

- a) Desenvolver e consolidar uma Rede de Cidades;
- b) Valorizar o Espaço Rural e desenvolvimento de centralidades intermédias;
- c) Alargar a Mobilidade Territorial;
- d) Integrar Territorialmente o Turismo;
- e) Valorizar os Espaços Naturais e;
- f) Qualificar os Espaços Urbanos.

Artigo 2º

(Entrada em vigor)

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

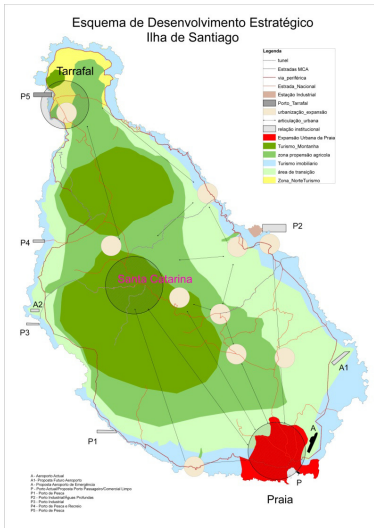
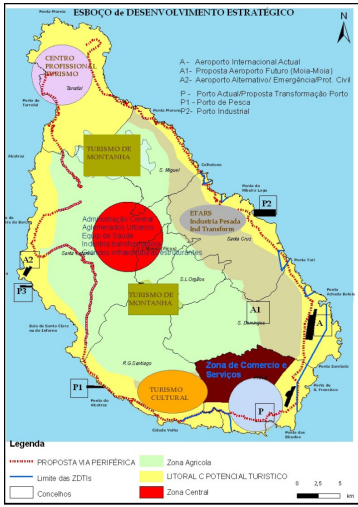
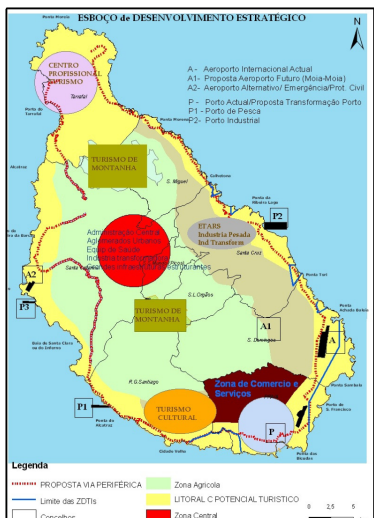
Vista e aprovada em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

ANEXO I

	PROPOSTAS
<p>INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS</p>  <p>Esquema de Desenvolvimento Estratégico Ilha de Santiago</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vias estruturantes - circundantes à Ilha: Marginal Oriental – Praia/Tarrafal, Via Rápida do Centro – Praia/Tarrafal e Marginal Ocidental - Ribeira da Barca/Praia; ➤ Troço de desvio estruturante do Centro da Cidade Velha, conectando a estrada que liga Praia e Tarrafal via marginal ocidental; ➤ Principais estradas de penetração e desencravamento dos Municípios - “âncoras” para o desenvolvimento do interior;
<p>INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS</p>  <p>ESBOÇO de DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portos estruturantes de Pesca em Porto Mosquito e Tarrafal (centrais – principal e secundário) e de apoio em: Ribeira da Barca, Rincão, Pedra Badejo, Praia Baixo, Maloada e Goveia; ➤ Porto de longo curso/águas profundas – prever espaço para futuro estudo técnico de localização, quando oportuno, podendo ser na baía do Monte Vigia, em Santa Cruz, ou na baía de Santa Catarina, em Santa Catarina; ➤ Porto da Praia, a longo prazo, quando oportuno, transformar-se num terminal portuário moderno e eminentemente de passageiros,
<p>INFRAESTRUTURAS AEROPORTUÁRIAS</p>  <p>ESBOÇO de DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prever espaço para, a longo prazo, se poder construir um novo Aeroporto Internacional de Santiago, podendo ser na zona de Moia - Moia ➤ Prever espaço para um Aeródromo dos Serviços de Emergência e Protecção Civil, podendo ser nas imediações da Achada Grande ou Rincão, ambos no Concelho de Santa Catarina. ➤ Prever espaço de extensão e modernização, no curto-médio prazos, do actual aeroporto da Praia; ➤ Prever zonas de servidão de segurança aeronáutica, forças armadas, etc.

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

EDUCAÇÃO E SAÚDE:

- **Compatibilizar as soluções com as directrizes das Cartas Educativa, Sanitária e Social;**
- **Priorizar a dotação de cada Concelho da vertente educativa Técnico -Profissionalizante;**

ENERGIA

- **Prever espaço para futuros estudos técnicos de localização e instalação de parques de produção de energias renováveis (fundamentalmente eólica e solar);**

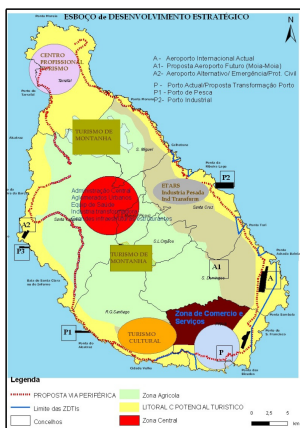
ÁGUA

- **Prever espaços para futuros estudos de instalação de BARRAGENS para captação e retenção de águas pluviais;**

PORTOS DE CABOTAGEM:

- **Prever espaços para a dotação da ilha de “PONTES” de promoção da mobilidade nacional, também através de ligações marítimas, podendo ser uma na costa Leste (Praia Baixo ou Pedra Badejo, encurtando distância com a ilha do Maio e Boavista) e outra costa Ocidental (Ribeira da Barca ou Rincão, encurtando distância com as ilhas do Fogo e Brava).**

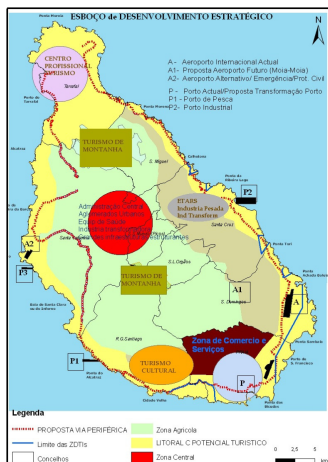
EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS ESTRUTURANTES



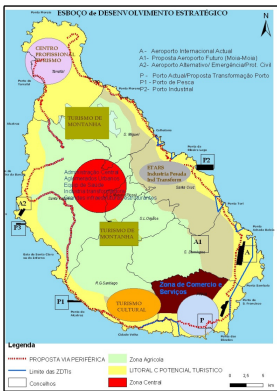
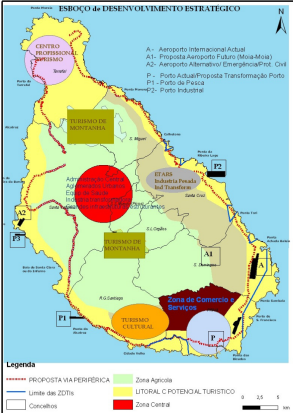
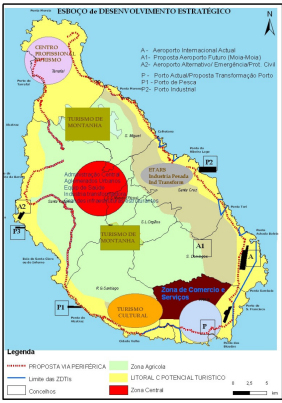
- Depósito central de combustíveis;
- Central única de produção de água e energia;
- ETAR central
- Plataforma industrial da ilha

SANTA CRUZ

ENSINO SUPERIOR ESPECIALIZADO: INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO



- Centro/Núcleo/Campus NACIONAL do ensino superior e com enfoque na investigação & desenvolvimento
- Na Praia
 1. nas imediações da Universidade Jean Piaget;
 2. em Trindade (cerca de 1 km da Circular da Praia) ou
- Em Santa Catarina
 - centro d'Assomada;
 - em Achada Falcão

<p>SERVIÇO NACIONAL E ESPECIALIZADO DE SAÚDE</p> 	<p>Centro/Núcleo/Pólo NACIONAL dos Serviços Especializados de SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na Praia: <ol style="list-style-type: none"> 1. Plateau (HAN); 2. Trindade (cerca de 1 km da Circular da Praia) ou Em Santa Catarina (Achada Falcão)
<p>TURISMO</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sol e Praia - praticamente todo o litoral; ➤ Turismo histórico-cultural: Cidade Velha, Tarrafal e Praia ➤ Turismo de Montanha: Rui Vaz, Pico d'Antónia, Serra Malagueta ➤ Turismo de aventura: praticamente toda a ilha ➤ Turismo de desportos náuticos: toda a costa
<p>O PAPEL DA CAPITAL</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Centro Político e Administrativo país; ➤ Principal parque imobiliário (residencial) do país; ➤ Motor do desenvolvimento económico e financeiro; ➤ Centro da Banca e seguros; ➤ Núcleo dos serviços das Telecomunicações e transportes;

NA ILHA DE SANTO ANTÃO:

À proposta inicial acresce-se:

AEROPORTO:

- Reserva de espaço para, no futuro e âmbito de estudo especializado, se definir a localização e categoria do aeroporto a construir-se, no Concelho do Porto Novo;

EDUCAÇÃO E SAÚDE:

- Compatibilizar as soluções com as directrizes das Cartas Educativa, Sanitária e Social;
- Priorizar a dotação de cada Concelho da vertente educativa Técnico -Profissionalizante;

ENERGIA

- Prever espaço para a construção da Central Única da ilha;
- Prever espaço para futuros estudos técnicos de localização e instalação de parques de produção de energias renováveis (fundamentalmente eólica e solar);

ÁGUA

- Prever espaço para instalação de sistemas de produção de água dessalinizada, a mais concentrada possível;
- Prever espaços para futuros estudos de instalação de BARRAGENS para captação e retenção de águas pluviais;

PORTOS DE CABOTAGEM:

- Prever espaços para a dotação da ilha de “PONTES” de promoção da mobilidade nacional, também através de ligações marítimas, podendo ser uma na ponta Norte (nas imediações de ou Paul, ou Ribeira Grande ou Ponta do Sol) e outra no extremo oposto (nas imediações do Tarrafal de Monte Trigo).

NA ILHA DO FOGO:

À proposta inicial acresce-se:

PORTO:

- Prever espaço para a construção de um porto estruturante na parte Norte da ilha, cuja localização e categoria serão definidas no âmbito dos estudos especializados;

EDUCAÇÃO E SAÚDE:

- Compatibilizar as soluções com as directrizes das Cartas Educativa, Sanitária e Social;
- Priorizar a dotação de cada Concelho da vertente educativa Técnico -Profissionalizante;

ENERGIA

- Prever espaço para a construção da Central Única da ilha;
- Prever espaço para futuros estudos técnicos de localização e instalação de parques de produção de energias renováveis (fundamentalmente eólica e solar);

ÁGUA

- Prever espaço para instalação de sistemas de produção de água dessalinizada, a mais concentrada possível;

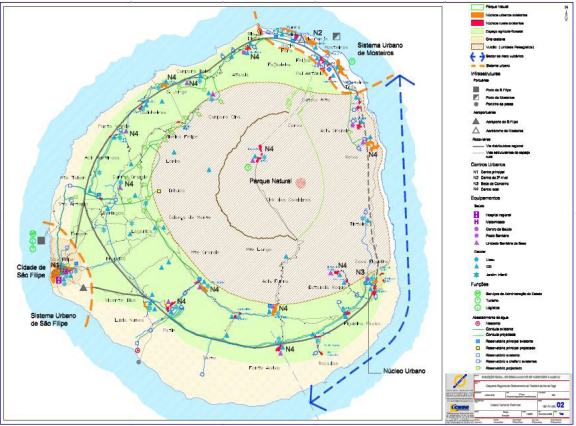
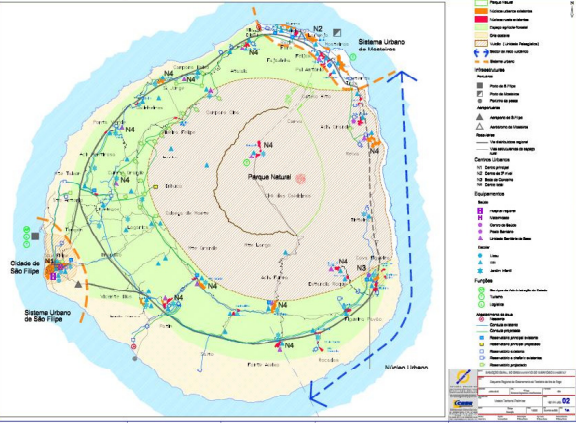
PORTOS DE CABOTAGEM:

- Prever espaços para a dotação da ilha de “PONTES” de promoção da mobilidade nacional, também através de ligações marítimas, podendo ser uma na ponta Sul (Concelho de Santa Catarina) e outra no extremo oposto (no Concelho dos Mosteiros);

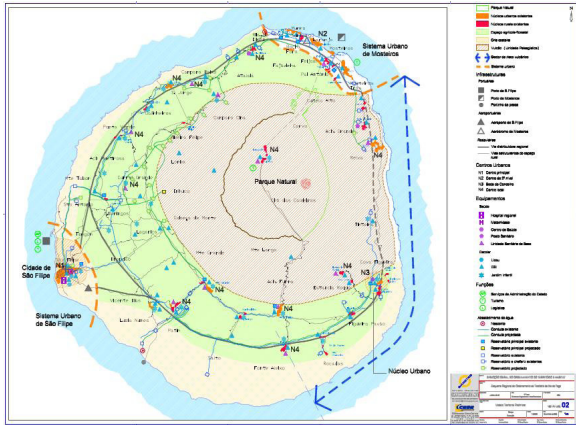
REDE RODOVIÁRIA:

- Prever o esboço de um traçado rodoviário ao litoral entre São Filipe e Santa Catarina, cujo timing e viabilidade de implementação serão determinados no quadro do estudo técnico – especializado;
- Prever esboço de um traçado com boa acessibilidade e segurança entre Santa Catarina e Mosteiros via Chã das Caldeiras e Monte Velha.

ANEXO II

PROPOSTAS	
<p>INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS</p>  <p>Rede Viária:</p> <ul style="list-style-type: none"> Via distribuidora Regional Litoral Via de distribuição interior Via de distribuição interior Via distribuidora de interesse turístico (existente) Via distribuidora de interesse turístico (proposta) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhoramento da via de acesso à Caldeira do vulcão, ainda que mantendo as características actuais, de ruralidade, mas que permita o aumento expectável de fluxos rodoviários, em condições de segurança e conforto ➤ Ordenamento viário de Chã das Caldeiras ➤ Via distribuidora Regional Constituída pelo anel litoral o qual deverá ser melhorado no traçado, perfil e características de pavimento entre Mosteiros, São Filipe e Cova Figueira, devendo ser avaliadas as condições do seu melhoramento no troço Este entre Cova Figueira e Mosteiros na zona de maior risco vulcânico. ➤ Via estruturante do espaço Rural As vias que servem e estruturam o espaço rural devem consolidar a malha que envolve as encostas Oeste e Sul, onde se concentram as áreas agrícolas e o povoamento rural. ➤ Prever o esboço de um traçado rodoviário ao litoral entre São Filipe e Santa Catarina, cujo timing e viabilidade de implementação serão determinados no quadro do estudo técnico – especializado; ➤ Prever esboço de um traçado com boa acessibilidade e segurança entre Santa Catarina e Mosteiros via Chã das Caldeiras e Monte Velha;
<p>CENTRALIDADES URBANAS</p>  <p>LEGENDA:</p> <p>Unidades Territoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Núcleos urbanos Uso ou potencial agrícola intensivo Uso ou potencial agrícola extensivo / agro pastoril Uso silvícola e/ou silvo-pastoril Áreas incultas de reconversão silvícola ou silvo-pastoril Áreas protegidas Áreas a proteger (propostas) <p>Rede Urbana - Centralidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> N1 - Ponta do Sol e Porto Novo N2 - Ribeira Grande e Paúl N3 - Centralidades intermédias nas áreas rurais N4 - Centro local Expansão Urbana Sistema urbano de Porto Novo 	<p>N1 – Centro principal – Cidade de São Filipe</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá ter as funções de: ➤ Administração Pública ➤ Centro turístico ➤ Centro logístico, neste caso na ligação ao Aeroporto e ao Porto de Vale de Cavaleiros. <p>N2 – Sistema Urbano de Mosteiros</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá integrar o conjunto de lugares que constituem actualmente uma ocupação descontínua entre Fajãzinha e Mosteiros Traz, com o objectivo de progressivamente constituir uma estrutura urbana reforçada com serviços às populações e às actividades económicas, e com funções turísticas e de lazer <p>N3 – Sede de Concelho de Santa Catarina</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Cova Figueira deverá ser reforçada como sede do novo concelho e centro de nível 3, integrando: ➤ Câmara Municipal; ➤ Centro de Saúde, ➤ Liceu; ➤ Escola Básica (EB1); ➤ Jardim Infantil.
	<p>N4 – Centro Rural</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O espaço rural deverá ser apoiado por uma rede de serviços de proximidade integrando no mínimo: ➤ Unidade Sanitária de Base; ➤ Escola Básica (EB1); ➤ Jardim Infantil; ➤ .

INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS



Porto de Vale de Cavaleiros (S. Filipe)

- Cabotagem inter-ilhas;
- Armazenagem nas áreas próximas para actividades logísticas.

Porto de Mosteiros

- ✓ ➤ Com função de porto de pesca e de apoio náutico.

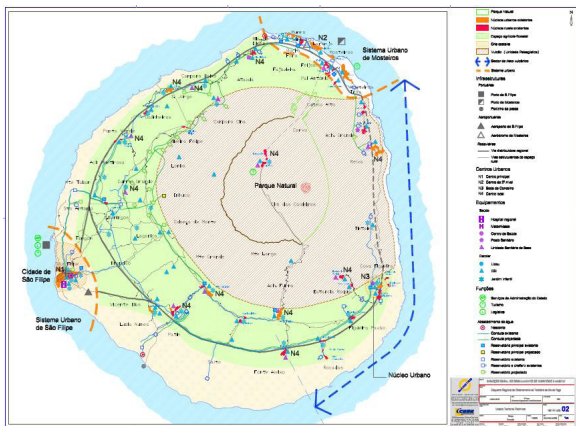
PORTOS DE CABOTAGEM:

- Prever espaços para a dotação da ilha de “PONTES” de promoção da mobilidade nacional, também através de ligações marítimas, podendo ser uma na ponta Sul (Concelho de Santa Catarina) e outra no extremo oposto (no Concelho dos Mosteiros).

PORTO NA PARTE NORTE DA ILHA

- Prever espaço para a construção de um porto estruturante na parte Norte da ilha, cuja localização e categoria serão definidas no âmbito dos estudos especializados.

INFRA-ESTRUTURAS AEROPORTUÁRIAS



Aeroporto de S. Filipe

- Com função de ligação inter-ilhas.

Aeródromo de Mosteiros

- Eventualmente a manter como pista para acorrer a situações de emergência.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

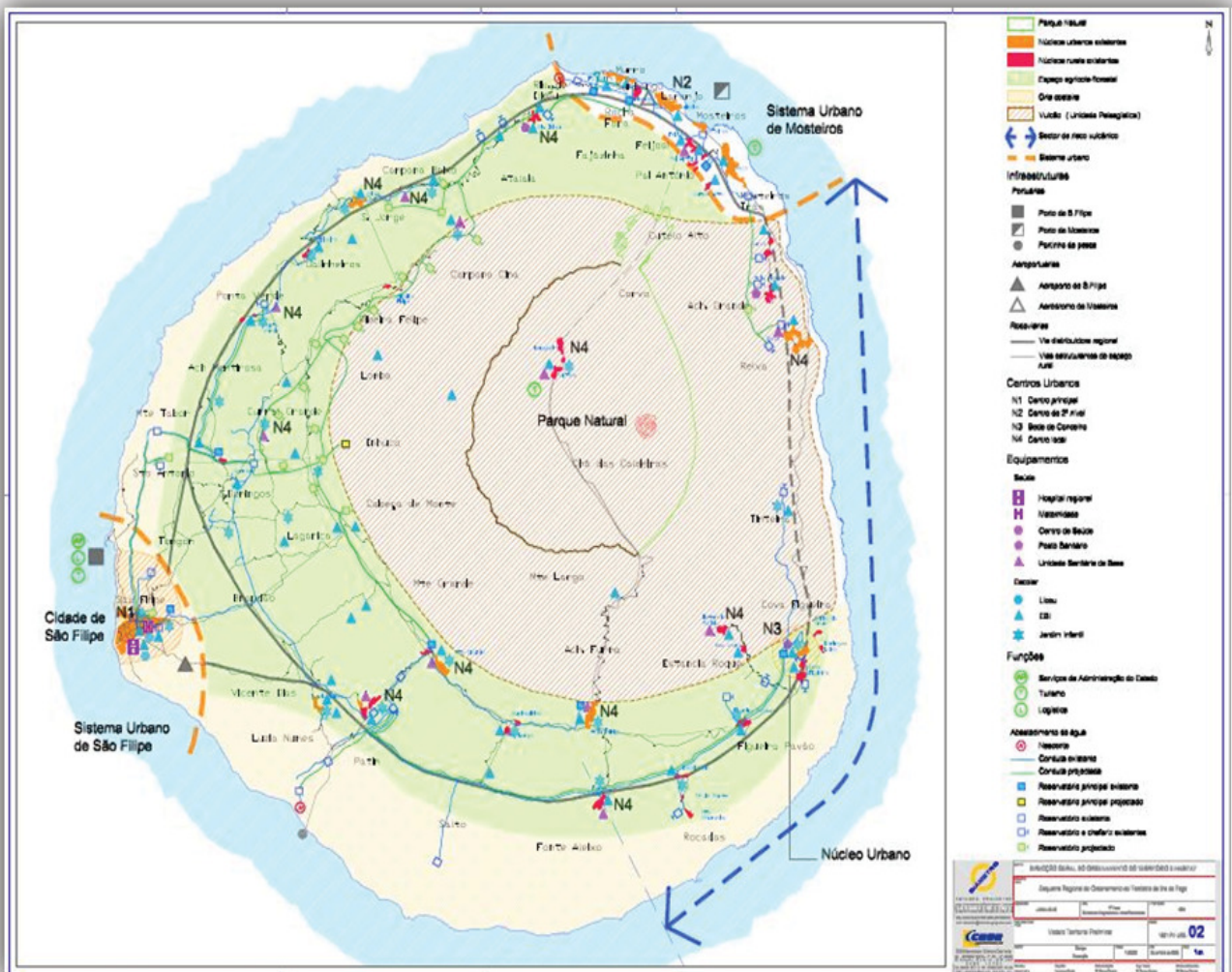
- Compatibilizar as soluções com as directrizes das Cartas Educativa, Sanitária e Social;
- Priorizar a dotação de cada Concelho da vertente educativa Técnico -Profissionalizante;

ENERGIA

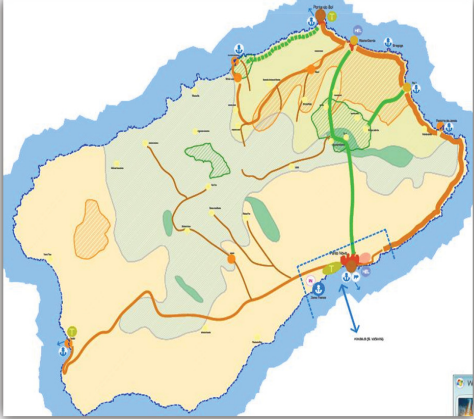
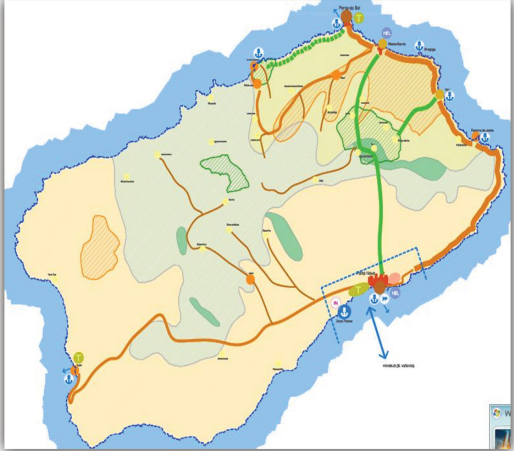
- Prever espaço para a construção da Central Única da ilha;
- Prever espaço para futuros estudos técnicos de localização e instalação de parques de produção de energias renováveis (fundamentalmente eólica e solar);

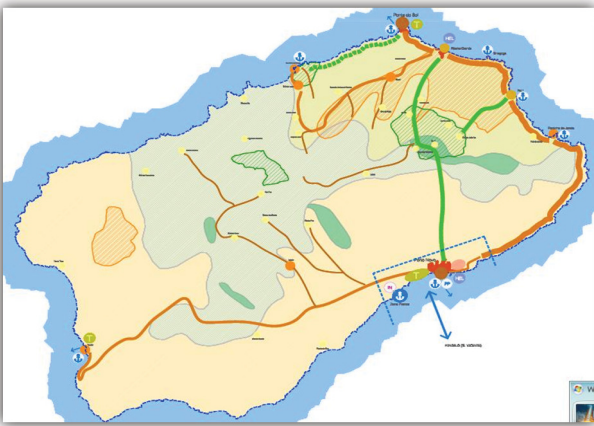
<p>REDE RODOVIÁRIA:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prever o esboço de um traçado rodoviário ao litoral entre São Filipe e Santa Catarina, cujo timing e viabilidade de implementação serão determinados no quadro do estudo técnico – especializado; ➤ Prever esboço de um traçado com boa acessibilidade e segurança entre Santa Catarina e Mosteiros via Chã das Caldeiras e Monte Velha;
<p>ÁGUA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prever espaço para instalação de sistemas de produção de água dessalinizada, a mais concentrada possível;

MODELO TERRITORIAL - PRELIMINAR



ANEXO III

	PROPOSTAS
<p>INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS / ORDENAMENTO TURÍSTICO</p>  <p>Rede Viária:</p> <ul style="list-style-type: none"> Via distribuidora Regional Litoral Via de distribuição Interior Via de distribuição Interior Via distribuidora de interesse turístico (existente) Via distribuidora de interesse turístico (proposta) 	<p>➤ Via litoral que ligará Porto Novo à Pontinha da Janela, facilitando a acessibilidade para Porto Novo e os aglomerados mais importantes a norte / nordeste (Paul, Ribeira Grande e Ponta do Sol);</p> <p>➤ Via de Montanha – Porto Novo – Cova-Ribeira Grande</p> <p>➤ Criação de uma rede de miradores com as respectivas melhorias das vias pedonais, de circulação automóvel e melhoria das capacidades de estacionamento;</p> <p>➤ Ordenamento das “Veredas Turísticas” apoiadas naquelas já utilizadas pelas populações.</p> <p>Via distribuidora Regional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anel litoral <p>Via estruturante do espaço Rural</p>
<p>CENTRALIDADES URBANAS</p>  <p>LEGENDA:</p> <p>Unidades Territoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Núcleo urbano Uso ou potencial agrícola intensivo Uso ou potencial agrícola extensivo / agro pastoril Uso silvícola e/ou silvo-pastoril Áreas inculdas de reconversão silvícola ou silvo-pastoril Áreas protegidas Áreas a proteger (propostas) <p>Rede Urbana - Centralidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> N1 - Ponta do Sol e Porto Novo N2 - Ribeira Grande e Paúl N3 - Centralidades intermédias nas áreas rurais N4 - Centro local Expansão Urbana Sistema urbano de Porto Novo 	<p>➤ N1 – Ponta do Sol e Porto Novo São sedes de concelho e centros de serviços públicos nomeadamente nas áreas da educação, saúde, social, cultural e segurança</p> <p>N2 – Ribeira Grande e Paúl</p> <p>➤ Principal centro urbano de serviços e comércio</p> <p>➤ Centralidade urbana intermédia com vocação turística e de serviços e apoio às áreas rurais adjacentes</p> <p>N3 – Centralidades intermédias nas áreas rurais</p> <p>Nestes aglomerados o nível de equipamentos e serviços deverá ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Delegação municipal (quando justificável); - Escola Básica (EB1); - Unidade Sanitária de Base ou Centro de Saúde; ➤ - Jardim Infantil.. <p>N4 – Centro Rural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Unidade Sanitária de Base - Escola Básica (EB1) - Jardim Infantil

<p style="text-align: center;">INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS</p> 	<p>Porto de Passageiros e mercadorias em Porto Novo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manutenção do terminal de passageiros no local actual; ✓ Instalação do Porto de Recreio; ✓ Construção de um novo porto comercial a localizar a Poente da Cidade <p>Apoios de Pesca e de Recreio Náutico</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ponta do Sol; Cruzinha da Graça; Pontinha da Janela; Sinagoga e Tarrafal de Monte Trigo <p>Porto de Cabotagem</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prever espaços para a dotação da ilha de “PONTES” de promoção da mobilidade nacional, também através de ligações marítimas, podendo ser uma na ponta Norte (nas imediações de ou Paul, ou Ribeira Grande ou Ponta do Sol) e outra no extremo oposto (nas imediações do Tarrafal de Monte Trigo).
<p>INFRA-ESTRUTURAS AEROPORTUARIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reserva de espaço para, no futuro e âmbito de estudo especializado, se definir a localização e categoria do aeroporto a construir-se, no Concelho do Porto Novo;
<p>EDUCAÇÃO E SAÚDE:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Compatibilizar as soluções com as directrizes das Cartas Educativa, Sanitária e Social; ➤ Priorizar a dotação de cada Concelho da vertente educativa Técnico –Profissionalizante.
<p>ENERGIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prever espaço para a construção da Central Única da ilha; ➤ Prever espaço para futuros estudos técnicos de localização e instalação de parques de produção de energias renováveis (fundamentalmente eólica e solar).
<p>ÁGUA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prever espaço para instalação de sistemas de produção de água dessalinizada, a mais concentrada possível; ➤ Prever espaços para futuros estudos de instalação de BAR-RAGENS para captação e retenção de águas pluviais.

MODELO TERRITORIAL - PRELIMINAR

